

# **GUIA DE ESTUDO**

Didática do Ensino Superior -  
Organização do Trabalho Pedagógico

## **UNIDADE III**





## PARA INÍCIO DE CONVERSA

Querido (a) aluno (a), como vai?

No Guia da Unidade 2 adentramos a discussão da política educacional, os profissionais e recursos necessários para as instituições de Ensino Superior. Você viu que as políticas públicas se colocam como: ações, programas, atividades do governo no âmbito municipal, estadual e federal, que agem de maneira direita ou indireta, ou seja, por delegação tendo como participação entes públicos e privados, e que afetam a vida de todos os cidadãos. Apesar das Instituições de Ensino Superior – IES possuírem autonomia para elaboração de sua política educacional faz-se necessário seguir orientações de órgãos reguladores que representam em fóruns, seminários, congressos, as normas a serem seguidas por todas as instituições.

Você também estudou que as políticas públicas no cenário brasileiro são elaboradas pelos órgãos reguladores da educação em nosso país, o qual podemos citar no âmbito federal o MEC (Ministério da Educação) como o central, além de suas unidades e secretarias como:

- Conselho Nacional de Educação (CNE);
- Secretaria de Educação Superior (SESu);
- Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres);
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Compreendemos que as políticas públicas são bastante significativas, tanto do ponto de vista da garantia do acesso à educação pela população como também como forma de buscar a qualidade do ensino.

No que tange ao Ensino Superior vimos inúmeras políticas públicas como: o FIES, PROUNI, REUNI, UAB dentre outras, as quais possibilitaram um caminhar no sentido de democratização de tal nível de ensino no Brasil. Sabemos que apesar da melhoria do acesso ao ensino superior, problemáticas diversas se colocam para a garantia da qualidade e que muito ainda precisa ser concretizado para a consolidação desta.

Além disto, o Ensino Superior no Brasil tem o seu crescimento amplo na oferta da rede privada, fator este que vai de encontro ao que se concebe nos documentos oficiais, que preveem a ampliação do ensino superior público, e isto necessita ser refletido e discutido bem como que fatores precisam ser superados para atingir um nível de excelência na Educação Superior.

Discute-se bastante acerca dos profissionais do Ensino Superior, centrando o olhar acerca do corpo docente, que é fundamental para a concretização de um educar com qualidade. Educar no cenário da Cibercultura exige do docente um novo olhar sobre o processo educativo, desde sua concepção até sua prática. As tecnologias digitais de informação e comunicação e a possibilidade das redes abre um novo espaço que quebra com o tempo, espaço de aprendizagem situado apenas na sala de aula, e assim, ensinar e aprender deve ir além dos muros da universidade.

Entendemos a necessidade de repensar das metodologias docentes, pois não se tem mais espaço para práticas arraigadas de tradicionalismo educativo, de ensino como reprodução, mas precisamos caminhar para a concretização do paradigma emergente, o qual tem como base uma visão holística de formação humana, uma abordagem progressista e o ensinar como pesquisa.



## GUARDE ESSA IDEIA!

O docente da sociedade digital precisa ser parceiro do aluno, um instigador, um dinamizador do processo educativo, problematizador e motivador. O ensino precisa se concretizar de maneira instigadora, com propostas diversas que considere os diversos estilos de aprendizagem dos discentes, que tenha a pesquisa como base e a reflexão necessária entre teoria e prática. Aprendizagem invertida, Gamificação, Jogos educativos entre outras possibilidades se colocam como estratégias didáticas para motivar aos alunos para ser ator do seu processo educativo e construir conhecimento de maneira interativa e colaborativa.

Por fim, percebemos que os recursos materiais em uma instituição superior também são fundamentais para a garantia da qualidade em tal nível de ensino, dos seus cursos ofertados. Vimos que os documentos fundamentais para o funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior (IES) são:

- Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- Projeto Político Institucional (PPI);
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Projeto Pedagógico de Curso e de Currículo (PPC).

Tais documentos trazem em sua composição importantes aspectos que precisam ser considerados pelas IES no que tange a fatores materiais, recursos pedagógicos, estrutura física e ambiental, aspectos de qualificação docente, concepções pedagógicas da instituição, valores, missão, visão, enfim, todos os recursos necessários a uma ofertar de Ensino Superior com qualidade estrutural, administrativa, pedagógica e acadêmica.



## ORIENTAÇÕES DA DISCIPLINA

Neste Guia de Estudo da Unidade 3, vamos dar continuidade ao entendimento da Didática no Ensino Superior II, tendo como objetivo: “Diferentes formas de Ensino como Planos de Organização, Interação Escolar e o Trabalho em Ambientes Virtuais de Aprendizagem”.

Para tal teremos neste guia três pontos de debates:

- Ensino como Plano de Organização;
- Interações no Âmbito Educativo;
- Ambientes Virtuais de Aprendizagem e suas Possibilidades.

Os links sugeridos de base complementar não devem ser considerados como leitura obrigatória, entretanto são imprescindíveis para a construção significativa de sua aprendizagem.

## BASE TEÓRICA

Neste terceiro guia de estudo daremos continuidade ao entendimento da Didática no Ensino Superior II a partir do debate sobre Plano de Curso como forma de organização do processo educativo, as interações existentes no âmbito educativo e a importância das mesmas, os ambientes virtuais de aprendizagem com suas múltiplas possibilidades para o ato educativo.

### ENSINO COMO PLANO DE ORGANIZAÇÃO



Figura 1 - Fonte: <http://sereduc.com/StnpCJ>

Você com certeza já refletiu acerca do planejamento e suas vertentes no âmbito educativo, mas que tal relembrarmos um pouco seu conceito e importância?

O ato educativo para que seja concretizado de maneira qualitativa e em prol de aprendizagens significativas não pode se dar de maneira eventual, mas necessita ser refletido, pensando, planejado. O planejamento na educação se materializa como uma tomada de decisão, decidir os objetivos e metas a serem alcançados, bem como que estratégias, recursos, metodologias serão necessárias para se atingir os mesmos com eficácia.

Temos a consciência que o planejamento tem diversas vertentes, desde o macro com o planejamento educacional e planejamento curricular, até o micro, com o planejamento de ensino, também denominado Plano de Curso.

Mas, o que seriam tais planejamentos? Vamos conhecer agora, querido (a) aluno (a)!

#### Planejamento Educacional

O Planejamento Educacional é o planejar elaborado em âmbito nacional, estadual e municipal, ou seja, é o mais amplo olhar de planejamento, referindo-se como o planejamento do Sistema de Educação, o qual reflete as políticas educacionais, diretrizes, planos curriculares, projetos e programas, bem como estão legitimados em diversos documentos, como podemos citar alguns:

- LDB nº 9394/96;
- Plano Nacional de Educação (PNE);
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNS);
- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), entre outros.

## Planejamento Curricular

O Planejamento Curricular, como o próprio nome já menciona, retrata-se como a definição do currículo a ser ministrado em um ano letivo e direciona o processo educativo nas instituições educativas e é elaborado pela União, Ministério da Educação e respectivas Secretarias de Educação dos estados e municípios. É um planejamento a nível institucional. É importante pontuar que as instituições possuem autonomia para a escolha do seu currículo, entretanto é preciso ter como norte, de acordo com a LDB nº 9394/96, as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais.

## Planejamento de Ensino

O Planejamento de Ensino - também denominado como Plano de Curso e como Plano de Organização de Curso - tem como norte a fundamentação de como se dará a prática educativa, o qual deve se nortear no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), estudado no guia 2, que significa ser o estatuto e regimento de uma instituição, conjunto de normas, regras de organização e maneira de funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior (IES), que reflete o seu olhar amplo de homem, de educação e de mundo, enfim, que define a identidade de uma instituição.

## Plano de Curso

O Plano de curso tem duas fontes básicas:

- A primeira é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que também discutimos no guia 2 como sendo um instrumento de concepção de ensino e de aprendizagem de um curso específico, devendo conter os seguintes elementos: Concepção do Curso, Estrutura do Curso (desde currículo, infraestrutura, corpo docente e técnico-administrativo), Procedimentos de Avaliação (tanto no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem como do próprio curso) e Instrumentos normativos de apoio (TCC, estágio, composição do colegiado, entre outros);
- E o segundo é o Projeto Instrucional, que retrata o trabalho em uma disciplina especificamente, ou seja, é um planejamento didático das atividades, recursos, materiais, metodologias conteúdos no sentido de contribuir para a construção de habilidades e competências, enfim, facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.



### GUARDE ESSA IDEIA!

É importante destacar que o Plano de Curso só deve ser elaborado a posteriori do Projeto Pedagógico de Curso e do Projeto Instrucional, pois sem os mesmos ele não tem sentido algum, e qualquer mudança em tais documentos irá consequentemente gerar mudanças no Plano de Curso.

Vamos aprofundar-nos um pouco mais neste tópico acerca do Plano de Curso!

O Plano de Curso é um instrumento que tem como propósito a definição e colocar em ação as situações de ensino e aprendizagem, ou seja, como se consolidará a ação educativa. Tal documento envolve a atuação do professor, situações, ações e interações entre professores e alunos a partir do planejamento curricular, ou seja, colocam-se como instrumento de trabalho que tem discriminado conteúdos, metodologias, critérios avaliativos, bibliografia, formas de procedimentos e técnicas utilizadas na prática pedagógica em qualquer nível de ensino.

Segundo o artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, o plano de ensino deve ser elaborado pelo docente e enviado para ser aprovado pelo colegiado de coordenação didática do curso. Tal plano de ensino deve ser fornecido aos alunos anterior ao início de cada período letivo para que os mesmos possam saber como se dará o processo de ensino e aprendizagem.

O Plano de Curso ou de Ensino é resultado da tomada de decisão do docente mediante não apenas aos dados de ementa de uma disciplina, mas principalmente deve se preocupar com o perfil do profissional que se deseja formar, o qual está materializado no Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC), bem como documentos importantes como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Diretrizes Curriculares Nacionais entre outros.

O plano de ensino deve relacionar o âmbito teórico com o prático, a reflexão sobre o mercado profissional, o interagir com a realidade social, bem como aproveitar a diversidade de experiências vividas pelos discentes de modo a concretizar uma aprendizagem significativa, e assim, interdisciplinaridade é necessária de ser pensada e concretizada.

É um refletir a ação educativa baseada em perguntas chaves:

- Para quê ensinar? (Objetivos);
- O que devo ensinar? (Conteúdos);
- Como ensinar? Com o quê ensinar? (Metodologias e Instrumentos);
- Quais os resultados? (Avaliação).

Você percebeu como todos os pontos das perguntas se alinham a um elemento importante que deve integrar o plano de ensino?

Estas perguntas antecedem a construção deste importante instrumento que norteia a ação docente e também possibilita ao discente um vislumbrar de como será o seu semestre de estudos, competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas por este bem como os conhecimentos que serão construídos. Mas, qual deve ser a estrutura de um Plano de Curso, caro (a) estudante? Será que realmente há uma estrutura unívoca?

A resposta para tais indagações é negativa, pois não há realmente um modelo único de como elaborar tal documento, sendo assim um instrumento flexível, consequentemente cada instituição tem suas normas de elaboração para tal documento. Contudo, existem alguns elementos que se colocam como essenciais, vejamos quais são:

**1- Dados da disciplina:** devem constar os principais elementos da disciplina, como código, nome, número de créditos, carga horária, curso, professor responsável, turma, turno, modalidade e ano/semestre;

**2- Ementa:** diz respeito aos conteúdos que são estabelecidos como fundamentais para a disciplina de acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC), e assim sendo, a mesma não pode ser modificada pelo docente. Ela é passada pela instituição ao docente e este deve seguir a mesma, por o PPC ser o documento central de um curso, sendo a ementa produto da discussão do colegiado do curso e instâncias superiores;

**3- Objetivos:** diz respeito aos propósitos da ação pedagógica, ou seja, as competências, habilidades, atitudes e comportamentos que se esperam que os alunos desenvolvam no decorrer do curso dentro de uma determinada área de conhecimento, e os mesmos se materializam na formação de objetivo geral e específicos. Tais objetivos devem estar relacionados ao perfil do aluno que se almeja formar e ao objetivo do curso em questão;

**4- Conteúdo Programático:** diz respeito aos conteúdos selecionados como fundamentais de serem construídos na disciplina em questão, ou seja, os conceitos e assuntos que serão objeto de trabalho. Vale salientar que tais conteúdos precisam estar em consonância com a ementa da disciplina e ter significado para a formação do aluno, tanto a nível pessoal, social e profissional. O professor pode acrescentar o cronograma com as datas das aulas previstas e os conteúdos que serão trabalhados em cada uma destas, bem como as datas importantes de atividades a serem desenvolvidas;

**5- Metodologia:** diz respeito às estratégias que serão utilizadas pelo docente para consolidar o processo educativo e facilitar a aprendizagem dos alunos, para que estes caminhem para os objetivos esperados. Vejamos algumas estratégias de ensino que poderão ser utilizadas: aula expositiva, seminário, debate, execução de pesquisa, trabalho de campo, estudo dirigido, portfólio, oficinas, demonstrações, solução de problemas, estudo de caso, leitura dirigida, mapas conceituais, elaboração de projeto, realização de experimentos, entre diversos outros;

**6- Recursos Didáticos:** são os materiais necessários, os recursos audiovisuais entre outros a serem utilizados pelo docente, os quais podem ser: quadro e giz, retroprojetor, data show, lousa digital, TV, vídeo, aparelho de som, gravador, etc.;

**7- Avaliação da Aprendizagem:** trata-se da maneira como o discente será avaliado, e assim, é descrito neste tópico os instrumentos (provas, seminários, trabalhos em grupo e individual, portfólio, produção escrita, mapas conceituais, fichamento, síntese, resenha, pesquisa, relatórios de pesquisa, experiência ou visitas técnicas, entre outros) que serão utilizados pelo professor para avaliar o aluno em sua construção do conhecimento dos conteúdos da disciplina. Além disto, devem-se descrever os critérios avaliativos para cada instrumento escolhido e o peso de cada um para a nota final do aluno. Podemos citar como exemplo um seminário, os critérios podem ser: clareza na apresentação, coerência dos conteúdos apresentados, discussão proposta, criatividade, qualidade dos recursos utilizados, entre outras. É necessário colocar os critérios para cada instrumento avaliativo, para que o discente saiba o que se espera dele e quais serão os pontos que deverão dar conta no desenvolvimento de cada atividade avaliativa proposta;

**8- Referencial bibliográfico:** trata-se das obras/autores que embasarão os estudos acerca das diversas temáticas tratadas na disciplina. A bibliografia se divide em básica, que é aquela fundamental para o estudo na disciplina, e a bibliografia complementar, que é aquela para aprofundamento do estudo. Ambas devem respeitar o estabelecido no PPC;

**9- Planejamento de realização de atividades não presenciais:** o presente tópico não é obrigatório, mas deverá ser descrito apenas para os cursos que tenham previsto no seu PPC tais atividades não presenciais, as quais são estabelecidas pela Portaria nº 4.059 de 10 dezembro de 2004 (Consulte o conteúdo da mesma no material complementar).

Percebeu a importância de cada um dos tópicos para elaboração da ação educativa?

Vemos que estes pontos se apresentam como um norte para elaboração do Plano de Curso, podendo ser acrescentados e detalhados, a critério do professor, mais elementos e das normas de cada instituição de ensino em que ele atua.

Existe outro plano elaborado pelo docente proveniente deste que é o Plano de Aula!

Tal plano nada mais é que o planejamento docente de cada aula, ou seja, é o plano de ensino praticamente dividido em dias letivos. Planejar cada aula, os recursos que serão necessários para a execução da mesma são fundamentais para a concretização dos objetivos de aprendizagem.

Para aprofundar nossa reflexão veja o vídeo a seguir, com duração de seis minutos, aproximadamente:



### VEJA O VÍDEO!

[Clique aqui para assistir.](#)

O vídeo nos traz uma breve síntese do plano de ensino, que acabamos de discutir neste tópico de estudo! Outra opção para você se aprofundar ainda mais sobre o assunto é pesquisar sobre o assunto na internet! Para facilitar, vamos disponibilizar links abaixo com sugestões de acesso de modelos de planos de curso para que você possa perceber as semelhanças e diferenças de uma instituição para outra.



### VISITE AS PÁGINAS

[Página 1](#)

[Página 2](#)

[Página 3](#)

## INTERAÇÕES NO ÂMBITO EDUCATIVO



Figura 2 - Fonte: <http://sereduc.com/Gyzc0H>

Você já parou para refletir sobre as interações diversas que ocorrem no cenário educativo? Ainda não?

Então, vamos refletir neste tópico acerca de três tipos de interações que se colocam como fundamentais quando discutimos o cenário da Educação Superior:

- A tríade: IES, Governo e Empresa;
- IES, Professores e Alunos;
- Professores e alunos das IES.

A parceria resultante das Instituições de Ensino Superior, Indústria e Governo são colocados por Mello (2004) como sendo a chave para melhorar as condições para inovação em uma sociedade centrada no CAPITAL INTELECTUAL.

Conheça agora o que é Capital intelectual!

### Capital Intelectual

Querido (a) aluno (a), o Capital Intelectual é denominado como o conjunto de saberes e informações produzidos pela humanidade, ou seja, é a inteligência, conhecimentos. Na atualidade o que se coloca como mais importante é o capital intelectual, e o desenvolvimento do mesmo concretiza o caminho do desenvolvimento de um país.

As Instituições de Ensino Superior têm um papel fundamental para o crescimento regional e local, fator este que é colocado como Segunda Revolução Acadêmica. As IES se concretizam como espaços de construção do saber, e este capital intelectual constituído e trabalhado nestas se colocam como primordial no cenário da sociedade do conhecimento, uma vez que conhecimento é sinônimo de poder.



#### GUARDE ESSA IDEIA!

As IES, através da produção do conhecimento, as Empresas, a partir da possibilidade de aplicação prática de tais conhecimentos, e o Governo, com políticas que favoreçam financiamentos educativos, aberturas de novas IES e diminuição das dificuldades de atuação das IES, formam a tríade necessária para o desenvolvimento econômico e social, principalmente no que tange ao regional e local.

A aliança entre IES, Governo e Empresa só tende a trazer benefícios na atuação das instituições de ensino superiores particulares, pois as IES sintonizam a formação de seus profissionais nas diversas áreas do conhecimento com o mercado corporativo e estes, por sua vez, recebem profissionais mais qualificados. Além disto, o governo com suas ações e políticas diversas como ProUni, FIES, entre outras, auxiliam no aumento de vagas na Educação Superior possibilitando um crescimento das pessoas com acesso a este importante nível de ensino.

- IES-Governo-Empresa

Você pode perceber, neste primeiro ponto de interação que estamos a discutir que a parceria IES-Governo-Empresa é uma perspectiva bastante importante e necessária de ser potencializada, visto que muitos estudiosos colocam como meio de consolidar o desenvolvimento tecnológico, a difusão de inovação e crescimento, principalmente para as empresas regionais de pequeno e médio porte.

- IES-Professor-Aluno

A segunda interação que vamos discutir é a IES-Professor-Aluno. Tal forma de interação se dá de maneira bastante harmônica e não influencia na forma de tomada de medidas, a menos que alguma situação seja reclamada por um quantitativo significativo de alunos. Tratando-se do sujeito educativo aluno, o que se espera é atender os seus anseios de uma formação profissional com qualidade, de preparação para atuar no mercado de trabalho e de acompanhamento acadêmico. Algumas instituições oferecem mais que isso, traz a preocupação de proporcionarem cursos de nivelamento para os alunos, orientações vocacionais, algumas têm núcleo de relacionamento com o aluno, como forma de escutar e apoiar o mesmo em suas dificuldades em diversas instâncias durante o curso.

Tais ações das IES são formas de estreitar os laços com seus alunos, buscando compreender suas necessidades e apoiar nas dificuldades que emergem ao longo de todo o processo formativo deste, como forma de diminuir a evasão. Na modalidade a distância este ponto é ainda mais fundamental, pois muitos alunos acabam por desistir por não se sentirem apoiados, considerados no processo educativo, e esta comunicação contínua com o aluno, esta relação IES-aluno, este apoio por diversos meios como ambiente virtual, telefone, núcleo de apoio ao aluno entre outros, é fator determinante da permanência dos mesmos no processo educativo.

No que se refere ao professor, o mesmo espera da IES valorização, seja do ponto de vista de remuneração, seja no sentido de autonomia de trabalho, da forma como pode consolidar o processo educativo, e também respeito. Além disto, os docentes de uma maneira geral desenvolvem seu trabalho de maneira motivada quando percebem que a instituição apoia seu trabalho, valoriza suas práticas, preocupa-se com sua formação continuada e não mede esforços para oferecer uma estrutura e recursos necessários a concretização das atividades de maneira qualitativa.

- Professores e alunos das IES

Como último ponto, temos a interação professor-aluno a qual se retrata como a mais central das que discutimos até agora, pois é nesta relação que o processo educativo se efetiva e tem sentido. Professor e alunos devem ter uma relação de empatia, de parceria, de perceber que a construção do conhecimento só se concretiza quando ambos tomam ciência do seu papel nesta relação. Professor, como o sujeito que não mais toma a centralidade do educar, como detentor do saber, mas um arquiteto de percursos de aprendizagem, um motivador, um questionador, problematizador, mediador, facilitador, um parceiro de o aluno no caminhar no processo educativo. O aluno deve ser o agente ativo, autônomo, o ator, autor, coautor, a figura central do processo educativo, ser epistêmico, ou seja, que busca o conhecimento.

Uma relação entre professor e aluno precisa se pautar, primeiramente no respeito mútuo, pois este prescinde todos os demais pontos importantes, como diálogo, parceria, empatia, colaboração, afetividade entre outros. Um dos pontos bastante significativos pontuados por Freire (1996, p.159) é que ensinar exige querer bem aos educandos, no qual ele nos fala:

*E o que dizer, mas, sobretudo o que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e a própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano.*

Podemos ver nas palavras do autor o quanto a questão do compromisso com os educandos que se materializa como uma forma de respeito aos mesmos, é algo fundamental para a relação entre professor e aluno, além da afetividade, que mesmo no âmbito da Educação Superior é um fator a ser colocado e refletido como necessário.

A interação professor-aluno se pontua com maior ênfase devido ao fato de que esta pode afetar diretamente o processo de ensino e principalmente, de aprendizagem dos educandos.

Você já deve ter ouvido falar de alunos reclamando de professores como autoritários, ou com didáticas engessadas, e até mesmo dizendo que com ele não conseguia aprender, não é verdade?

Do outro lado, também deve ter ouvido reclamações de professores sobre alunos, dizendo que os mesmos não se envolvem nas atividades, não querem estudar, não debatem, entre outras reclamações, não é mesmo?

Pois é! Ambos os sujeitos do processo educativo têm suas expectativas em relação ao outro, mas nem sempre estas são alcançadas. É claro que nem sempre se pode agradar a todos os alunos, mas o objetivo não é este, mas estabelecer com estes uma relação de trabalho colaborativo que tenha como objetivo a consolidação de aprendizagens significativas.

Assim, o professor precisa buscar metodologias ativas, ou seja, estratégias didáticas que coloquem o aluno no lócus central do processo educativo, como protagonista da construção do seu conhecimento, além de considerar as inteligências múltiplas e os diversos estilos de aprendizagens dos alunos, pois desse modo o professor não está estabelecendo uma rota engessada, mas possibilitando diversas rotas para se construir o conhecimento, e considerando o aluno e suas diferentes necessidades.

Por sua vez, o aluno também precisa assumir este papel ativo, de sujeito, de autor, e buscar se engajar de maneira comprometida nas propostas estabelecidas pelo docente e porque não também por ele, no debate com o docente dando suas devidas contribuições e sugestões, ao invés de reclamar de excesso de atividades, conteúdos ou outros. Se ambos os sujeitos não conseguem estabelecer uma relação de trabalho fica bastante complicado conceber um processo de ensino e aprendizagem.

Você sabia que o perfil da gestão das instituições de ensino superior pode influenciar de maneira positiva ou negativa nesta relação professor-aluno?

Pois é! Uma gestão educativa democrática, participativa é fundamental para consolidar um clima de trabalho profícuo, motivador para todos os agentes envolvidos no processo educativo.

## AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E SUAS POSSIBILIDADES



Figura 2 - Fonte: <http://sereduc.com/0mFW0v>

Você já deve ter percebido que na atualidade as instituições de ensino superiores, e também de outros níveis de ensino, seja na modalidade presencial ou não, tem se utilizado dos ambientes virtuais de aprendizagem, não é verdade?

Mas, o que são ambientes virtuais de aprendizagem e de que maneira eles se concretizam nas diversas modalidades educativas?

Os ambientes virtuais de aprendizagem ou Sistemas de Gerenciamento de Aprendizagem (Learning Management System-LMS) são concebidos por Almeida (2003, p. 331) como:

*Sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permite integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.*

Prezado (a) estudante, você pode perceber que a partir da fala do autor que o AVA é considerado um novo lócus para a concretização da educação, o qual está situado no ciberespaço, ou seja, um espaço de comunicar possibilitado pela rede, o qual permite a convergências de diversas mídias, recursos, linguagens, criando novas possibilidades ao processo educativo.

Tais ambientes virtuais de aprendizagem estão presentes na modalidade presencial; como uma forma de apoio e extensão do processo educativo, na modalidade on-line; como plataforma de suporte de disciplinas e cursos diversos totalmente neste cenário, e na modalidade semipresencial; também denominada de Blended Learning, onde o processo educativo se dá como “a tendência de combinar atividades de aprendizagem face a face com atividades desenvolvidas a distância” (TORI, 2009, p.121), tais ambientes virtuais estão presentes mais do que como apoio, mas como um espaço de suma relevância no processo educativo.

Os ambientes virtuais de aprendizagem são espaços que possibilitam uma nova forma de consolidar o processo educativo tendo como base o processo comunicativo entre os sujeitos, ou seja, onde a Interatividade e a Aprendizagem Colaborativa são colocadas como o cerne para o desenvolvimento do educar.



## VOCÊ SABIA?

Você sabe o significado do termo interatividade e aprendizagem colaborativa?

A INTERATIVIDADE é um novo comunicacional, uma abertura para o diálogo, para mais comunicação, colaboração, autoria e coautoria, a qual é possibilitada e potencializada com a criação da internet. A APRENDIZAGEM COLABORATIVA é aprender juntos, é construir o conhecimento a partir do olhar do outro, da interação com o outro.

Que tal compreender mais a fundo sobre os temas acima, a importância de cada um no cenário educativo, principalmente on-line? Disponibilizamos um link a seguir para você complementar sua leitura, bem como um vídeo com duração aproximada de nove minutos e vinte segundos:



### VISITE A PÁGINA

Criar e Professorar em um Curso On-line: Um Relato de Experiência, Autor: Marco Silva.  
[Clique aqui para acessar.](#)



### VEJA O VÍDEO!

[Clique aqui para assistir.](#)



### GUARDE ESSA IDEIA!

Os AVA's se concretizam como um espaço eletrônico que tem um conjunto de interfaces, recursos que podem favorecer o processo de aprendizagem, pois de acordo com Maia e Mattar (2007, p. 87) "há diversas ferramentas para a interação em EAD on-line: e-mail, fóruns, chats, etc." e podemos acrescentar outras, como portfólio, glossário, envio de tarefa, entre outras. Tais interfaces de comunicação podem ser síncronas, que significam dizer aquelas em que os atores do processo educativo estão em tempo real conectados, dialogando, como os chats, e as interfaces de comunicação assíncronas, em que os sujeitos estão em tempos diferidos de acesso, ou seja, cada aluno em seu tempo entra na interface e participa da discussão ou atividade proposta, como fóruns de discussão, portfólio, etc.

Ambas as interfaces que possibilitam a comunicação em AVA's são importantes para o processo educativo, seja as síncronas, que permitem estreitar os laços entre os integrantes da turma auxiliando assim na efetivação de uma comunidade de aprendizagem, e as assíncronas, permitem que o aluno possa refletir melhor sobre os diálogos presentes nestas e possa construir o seu olhar, suas indagações/provocações a continuidade do debate e conceitos sobre os temas tratados. Podemos ainda citar como outras possibilidades de comunicação entre professores e alunos nestes espaços as conferências por computador.

Não podemos deixar de pontuar que existem diversos tipos de ambientes virtuais de aprendizagem, como: o TelEduc, Aulanet, E-proinfo, Blackboard, Moodle entre outros, mas o mais utilizado pela maioria das instituições é o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), pois o mesmo se consolida como plataforma de código aberto, e assim, está disponível gratuitamente para uso das diversas IES, que podem adequar o mesmo a sua realidade e interesse. Acerca do Moodle nos coloca (ALVES; ARAÚJO, 2013, p.4).

*Esta plataforma tem sido muito utilizada nas universidades para cursos on-line e para apoio a cursos presenciais. Como é possível realizar adaptações, este ambiente vai evoluindo e integrando uma série de mídias e interfaces, para atender aos objetivos, às necessidades e interesses dos participantes. Permite a utilização de um amplo conjunto de recursos, tais como fórum de discussão, enquete, chat, wiki, glossário, tarefa, lição, diário, gerência de nota, relatórios diversos, links para arquivos, links para sites, pastas de arquivos, quadros de avisos, calendário, blog, RSS, áudios, vídeos, editor HTML, base de dados, entre outras possibilidades.*

Você viu como são várias as possibilidades com o ambiente virtual de aprendizagem Moodle?

As autoras colocam o Moodle bem como o Facebook como possibilidades para concretizar o processo educativo e pontua que as instituições superiores precisam buscar se inserir na cultura digital, não podendo mais ignorar o processo de convergência das tecnologias e possibilidades de aprender em rede, seja nos ambientes virtuais de aprendizagem, comunidades virtuais de aprendizagem, redes sociais entre outros.

Os AVA's possibilitam expandir a fronteira do fazer educação, potencializando o acesso à educação às pessoas que moram em regiões longínquas do território nacional, pessoas com necessidades especiais ou que simplesmente não tenham tempo de cursar o ensino presencial. Vale salientar que a maioria dos cursos a distância no Brasil estão concentrados no Ensino Superior, principalmente no âmbito da pós-graduação, e isto tende a crescer cada vez mais, pois segundo vários autores a tendência é caminharmos para um modelo educativo de Blended Learning.



## VOCÊ SABIA?

Você sabe o que são Comunidades Virtuais de Aprendizagem, caro (a) aluno (a)?

O termo Comunidades Virtuais foi criado por Howard Rheingold em 1993 e conceituado como uma agregação cultural, ou seja, a interação de um grupo de pessoas a partir do cenário do Ciberespaço.

Podemos conceber assim as comunidades virtuais de aprendizagem como espaços de interação a partir da internet entre as pessoas que possuem interesses comuns, e neste sentido, consolidam-se como espaço de discussão, trocas, questionamentos, enfim, um novo espaço de aprendizagem e construção coletiva dos sujeitos. Assim, vemos que a comunidade virtual de aprendizagem se consolida como uma rede onde há interatividade e aprender colaborativo entre as pessoas com finalidades compartilhadas e que tem como lócus desta coautoria, desta construção coletiva, o ciberespaço. Em uma comunidade virtual e aprendizagem a característica mais marcante é que os sujeitos precisam ser colaboradores, ou seja, que não seja apenas receptor do conhecimento, mas que compartilhe e produza também conhecimento.

Em virtude de tudo isso, educar a partir do ciberespaço traz novas formas não apenas de concretizar a educação, mas principalmente de se conceber a mesma. As tecnologias modificam não apenas a forma de ensinar, onde temos a modificação do cenário educativo e as formas de atuação e papéis do docente, mas principalmente a forma de aprender, que já não mais se dá de forma linear, a partir da simples memorização dos conhecimentos, mas um aprender dinâmico, que se consolida ao longo da vida, a partir da interatividade, presente em uma ecologia informativa continuamente mutável, onde o caos e a complexidade se tornam uma realidade.

Para saber mais a respeito acesse o link a seguir:



**VISITE A PÁGINA**

Clique aqui para acessar.

Os denominados Nativos Digitais ou Geração Net “processam a informação e aprendem de uma maneira diferente” (BRAVO; COSLADO, 2012, p.125), e ainda segundo os autores isto consolida um novo modelo de aprendizagem que se distancia do modelo reprodutivista clássico, de um educar bancário (FREIRE, 1996), para um centrado no descobrimento e na participação. O processo de aprender on-line é “confuso, caótico, social, colaborativo, conectado a outras atividades e interesses” (SIEMENS, 2012) e, assim as clássicas teorias de aprendizagem que foram transpostas para o educar no cenário a distância, como o Behaviorismo, Cognitivismo e Construtivismo, não conseguem dar conta desta nova modalidade, do Educar On-line, por não levar em consideração este universo fluído e mutável da aprendizagem on-line e do próprio aluno em meio aos avanços da tecnologia, e para tal ele propõe o Conectivismo como uma teoria que seria corente com a era digital.

Neste momento, você conhecerá a teoria do CONECTIVISMO.

O Conectivismo é uma teoria de aprendizagem digital que foi construída por George Siemens e Stephen Downes em 2008 e é definida por Siemens (2012, p.92) como sendo:

*Integração de princípios explorados pelas teorias do caos, das redes, da complexidade e da auto-organização. Aprendizagem é um processo que ocorre dentro de ambientes difusos em que elementos centrais estão em mudança- que não estão totalmente sob o controle do indivíduo. A aprendizagem (definida como conhecimento aplicável) pode residir fora de nós (dentro de uma organização ou banco de dados) e está focada em conectar conjuntos de informações especializadas. As conexões que nos permitem uma maior aprendizagem têm maior importância que nosso estado atual de conhecimento.*

A partir da fala do autor podemos perceber que o Conectivismo considera esta mutabilidade de informações e altera o olhar sobre o aprender, que não mais se restringe a um processo individual e interno do indivíduo, mas pode até mesmo estar fora dele. O mais importante são as conexões que estabelecemos em rede, pois estas potencializam nossa aprendizagem, assim a habilidade de reconhecer e se ajustar às mudanças nos padrões são uma tarefa central da aprendizagem (SIEMENS, 2012). Conectivismo é aprender um com outro em rede, e para tal requer o envolver de todos os sujeitos do processo educativo, requer interatividade, pois esta é a base do aprender on-line.

Sendo uma teoria da aprendizagem para a era digital, o Conectivismo apresenta os seguintes princípios, de acordo com (SIEMENS, 2012, p.92-93)

*A aprendizagem e o conhecimento dependem da diversidade de opiniões; A aprendizagem é um processo de conectar nós ou fontes de informação especializadas; A aprendizagem pode residir em dispositivos não humanos; A capacidade de saber mais é ainda mais importante do que o que se sabe num dado momento; A alimentação e a manutenção das conexões são necessárias para facilitar a aprendizagem contínua; A habilidade de ver conexões entre áreas, ideias e conceitos é uma habilidade-chave; A atualização (conhecimento preciso e atual) é a intenção de todas as atividades conectivistas de aprendizagem; A tomada de decisão é, em si, um processo de aprendizagem.*

Em um momento onde o que se sabe pode mudar a qualquer instante, onde as informações são rápidas e em grande quantidade, não mais podemos saber tudo, e assim, a capacidade de ir à busca, selecionar e sintetizar o que é pertinente do que não é, e capacidade de formar laços, redes de conhecimento, reconhecer conexões e padrões torna-se mais importante do que o que sabemos. Tal teoria não é totalmente aceita pelos estudiosos, os quais criticam a mesma como sendo uma junção das teorias existentes no âmbito clássico da aprendizagem, e muitas não a percebem como teoria. Contudo, apesar disto, temos que compreender que esta é uma primeira tentativa de entendimento acerca do universo da aprendizagem no cenário on-line, e como tal tem sua importância e pertinência.

Para além dos ambientes virtuais de aprendizagem que concretizam o E-Learning (Electronic Learning), ou seja, a educação online, as tecnologias digitais de informação e comunicação trazem outras possibilidades para a Educação Aberta, mas você sabe o que é Educação Aberta? Primeiramente, pontuar tal termo é algo bastante amplo, pois são várias concepções de educação aberta e já há décadas se fala nesta. O termo abertura remete a quebra de barreiras para se ter acesso à educação, seja estas barreiras:

físicas/temporais (que restringem lugar, tempo ou ritmo do aprender), individuais e sociais (características individuais dos educandos como idade, sexo, etnia e condição social) e de aprendizagem (diz respeito a natureza do ensino como conteúdo, estrutura, organização, formas de distribuição, certificação e flexibilidade) (SANTOS, 2009, p.290).

Isto significa dizer que a aprendizagem aberta remete a cursos que são flexíveis e que atendem a necessidades individuais (LEWIS; SPENCER, 1986, apud SANTOS, 2009, p. 290), seja da pessoa que “busca sua primeira qualificação na Educação Superior ao indivíduo aposentado que busca forma de educação continuada e engajamento social” ou ainda de pessoas que buscam capacitação profissional, seja por interesse pessoal ou oportunidade oferecida por seus empregadores (SANTOS, 2009, p.291). Vale salientar que a Educação Aberta tem uma filosofia de aprender centrada no aluno. Aprofunde mais o conceito a partir da leitura sugerida no material complementar!

Agora é a vez de você conhecer os [Moocs](#)!

Os Moocs (Massive Open On-line Course) se originam da ideia do Conectivismo e movimento dos Recursos Educacionais Abertos (REA), e é um progresso da Educação Aberta, concretizando-se como um curso online aberto, ofertado totalmente a distância por AVAS, ferramentas da Web 2.0 ou redes sociais que são gratuitos e não dispõem de certificados. Assim, a participação nos mesmos é uma forma de ampliar a gama de conhecimentos a partir da interação com um grande quantitativo de pessoas cocriando, construindo conhecimento de maneira colaborativa. A primeira iniciativa de Moocs no Brasil foi realizada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) em 2012, denominada Unesp Aberta, a qual possui uma plataforma e disponibiliza em formato digital os conteúdos e materiais didáticos dos seus cursos de graduação, pós-graduação e extensão, os quais podem ser acessados por qualquer em qualquer lugar do mundo, basta ter acesso a internet. Tais cursos estão disponíveis, contudo não tem assessoria acadêmica e muito menos certificação.

Os Moocs, enfim, são abertos para qualquer tipo de pessoa, público, e não é necessário está matriculado em alguma instituição clássica de ensino e nem pagar qualquer tipo de taxa. Que tal participar de algum Mooc e perceber como é construir conhecimento a partir deste olhar?

Outra possibilidade para se pensar o processo educativo no Ensino Superior e que também é inovadora é a Aprendizagem Móvel, também chamada de Mobile Learning. Aprender cada vez mais se associa a qualquer tempo e espaço, pois a aprendizagem está na palma da mão a partir do uso de tecnologias como telefones celulares, tablets, aparelhos portáteis de áudio, leitores de livros digitais (e-readers) e consoles manuais de videogames.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), pontua a aprendizagem móvel define a aprendizagem móvel como a utilização de tecnologias móveis isoladas ou combinadas com outras Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) como uma forma de ampliar as oportunidades educativas a qualquer tempo e em qualquer lugar. Assim, ela propôs em 2014 um documento intitulado “Diretrizes de Políticas para a Aprendizagem Móvel”, que tem por objetivo esclarecer o conceito de tecnologias móveis e suas possibilidades para os formuladores de políticas públicas, diretrizes estas que podem ser utilizadas como forma de avanço no âmbito de uma Educação para Todos. Entre vários pontos citados em tal documento como benefícios da aprendizagem móvel estão aspectos como expansão do

alcance e equidade da educação, facilitar aprendizagem individualizada, permitir aprender a qualquer hora e lugar, apoio a aprendizagem fora da sala de aula, criar ponte entre aprendizagem formal e informal, criar novas comunidades de estudantes, dentre outros pontos. Que tal conhecer tal documento e compreender de maneira mais aprofundada o Mobile Learning e suas possibilidades para a educação?

Como dica, basta acessar o link sugerido nos materiais complementares.

Viu como são inúmeras as possibilidades trazidas pelas TDIC's - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação?

Vale salientar que não apenas as IES precisam compreender e investir neste novo cenário de modo a concretizar tal cultura digital, mas professores e alunos também necessitam compreender seus novos papéis no processo educativo. Pense nisso!



## PALAVRAS FINAIS DO PROFESSOR

Espero que você tenha gostado dos conteúdos que debatemos nessa unidade!

Neste guia de estudos discutimos o Planejamento de ensino como plano de organização do processo educativo, o qual é também denominado como plano de curso e como plano de organização de curso. O Plano de curso é constituído por duas vertentes: a primeira é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), e o segundo é o Projeto Instrucional, que retrata o trabalho em uma disciplina especificamente.

O Plano de Curso para sua elaboração deve ter como norte o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e deve relacionar o âmbito teórico com o prático, a reflexão sobre o mercado profissional, o interagir com a realidade social bem como proporcionar uma diversidade de experiências com os alunos de modo a concretizar uma aprendizagem significativa, e assim, interdisciplinaridade é necessária de ser pensada e concretizada. É um refletir a ação educativa baseado em perguntas chaves:

- Para quê ensinar? (Objetivos)
- O que devo ensinar? (Conteúdos);
- Como ensinar? Com o quê ensinar? (Metodologias e instrumentos);
- Quais os resultados? (Avaliação).

O Plano de curso não tem uma estrutura unívoca, e assim, cada instituição tem suas normas de elaboração do mesmo, contudo, há pontos fundamentais de conterem em tal documento, os quais são: dados da disciplina, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, recursos didáticos, avaliação da aprendizagem, referencial bibliográfico e planejamento de atividades não presenciais.

Debatemos também acerca dos três tipos de interações que se colocam como fundamentais quando falamos do cenário da Educação Superior: A primeira como a tríade IES, Governo e Empresa, a segunda como a IES, Professores e Alunos, e a terceira como a relação entre Professores e alunos das IES.

Vimos que as IES, através da produção do conhecimento, as empresas, com a possibilidade de aplicação prática deste conhecimento, e o governo, com políticas que favoreçam financiamentos educativos, aberturas de novas IES e diminuição das dificuldades de atuação das IES, formam a tríade necessária para o desenvolvimento econômico e social, principalmente no que tange ao regional e local. De acordo com muitos estudiosos tal parceria é vista como meio de consolidar o desenvolvimento tecnológico, a difusão de inovação e crescimento, principalmente para as empresas regionais de pequeno e médio porte.

A relação IES-Professor-Aluno se dá de maneira bastante harmônica e não influencia na forma de tomada de medidas, a menos que alguma situação seja reclamada por um quantitativo significativo de alunos. Tratando-se do sujeito educativo aluno, o que se espera é atender os seus anseios de uma formação profissional com qualidade, de preparação para atuar no mercado de trabalho e de acompanhamento acadêmico. No que se refere ao professor, o mesmo espera da IES valorização, seja do ponto de vista de remuneração, seja no sentido de autonomia de trabalho, da forma como pode consolidar o processo educativo, e também respeito.

Vimos que a interação professor-aluno se retrata como a mais central, pois é nesta relação que o processo educativo se efetiva e tem sentido. Professor e alunos devem ter uma relação de empatia, de parceria, de perceber que a construção do conhecimento só se concretiza quando ambos tomam ciência do seu papel nesta relação.

Por fim abordamos acerca dos ambientes virtuais de aprendizagem como um novo espaço de aprendizagem que emerge com o desenvolver das tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como o Conectivismo, como teoria que embasa a aprendizagem neste cenário. Além disto, adentramos a discussão sobre outras possibilidades que se abrem no cenário educativo da Educação Superior, com a Universidade Aberta, Moocs e Mobile Learning.



## LEITURAS COMPLEMENTARES

- [1- Plano de Curso: Conceito.](#)
- [2- Portaria nº4.059 de 10 de dezembro de 2004.](#)
- [3- A Relação Professor-Aluno na Educação Superior.](#)
- [4- Utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVAS: A Busca por uma Aprendizagem Significativa.](#)
- [5- Ambiente Virtual de Aprendizagem: Comunicação, Interação e Afetividade na EAD.](#)
- [6- A Importância dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Busca de Novos Domínios na EAD](#)
- [7- Aprendizagem em Ambientes Virtuais: Teorias, Conectivismo e Moocs.](#)
- [8- Educação Aberta: histórico, prática e o contexto dos recursos educacionais abertos.](#)
- [9-Diretrizes de Política para Aprendizagem Móvel \(UNESCO\).](#)



## ACESSE O AMBIENTE VIRTUAL

É importante pontuar que a leitura do livro texto da disciplina é fundamental, além de acessar a biblioteca virtual e as leituras complementares sugeridas nos guias de estudo!

Não se esqueça de que as atividades estão disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Elas possuem caráter avaliativo!

Bons estudos e até a próxima unidade!



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: Abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo vol.29 n.2, 2003.

ALVES, Thelma Panerai; ARAÚJO, Renata. O Moodle e o Facebook como Espaços Pedagógicos: percepções discentes acerca da utilização destes ambientes. Em Teia-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana [on line], Recife, V.4, N. 2, 2013. Disponível em:<[http://www.gente.eti.br/revistas/index.php/emteia/article/view/143/pdf\\_26](http://www.gente.eti.br/revistas/index.php/emteia/article/view/143/pdf_26)>. ISSN:2177-9309.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRAVO, César Bernal; COSLADO, Ángel Barbas. Uma geração de usuários da mídia digital. In: APARICI, Roberto. Conectados no ciberespaço. Tradução Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2012.

BEHRENS, Marilda Aparecida. O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica. Petrópolis, RJ: 4 ed. Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. ABC da EAD. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MATUCHESKI, Franciele Luci; LUPION, Patrícia Torres. Potencialidades e Limitações do Ambiente Virtual de Aprendizagem de um Curso On-line. Disponível em:<<http://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/168/132>>. Acesso em: Abril, 2016.

MELLO, José Manoel Carvalho. A abordagem hélice tríplice e o desenvolvimento regional. In: II Seminário Internacional Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ, 02 a 04 ago 2004.

SANTOS, Cenilza Pereira dos; SOARES, Sandra Regina. Aprendizagem e Relação Professor-Aluno na Universidade: duas faces da mesma moeda. Disponível em:<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1641/1641.pdf>>. Acesso em: Abril, 2016.

SANTOS, Andreia Inamorato. O conceito de abertura em EAD. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 290-296.

SIEMENS, George. Conectivismo: uma teoria da aprendizagem para a era digital. In: APARICI, Robeto (org.). Conectados no ciberespaço. Tradução Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2012.

TORI, Romero. Cursos Híbridos ou Blended Learning. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 112-120.